

**MUNICÍPIO DE ALEGRE**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO**  
**PREFEITO CONSOLIDADO**  
**2025**

## APRESENTAÇÃO

O presente relatório compõe a prestação de contas da Prefeitura Municipal De Alegre na gestão do Prefeito Sr. Nemrod Emerick, conforme dispõe a Instrução Normativa TCEES 68/2020, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

O Município de Alegre, ao concluir o exercício de 2025, vem apresentar as informações que demonstram os aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial, demonstrando uma visão sistêmica do desempenho e da conformidade da gestão do serviço público do Poder Executivo.

As ações do Município tiveram como balizadores os seguintes órgãos:

001	CÂMARA MUNICIPAL
002	SECRETARIA EXECUTIVA DE GOVERNO
003	SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
004	SECRETARIA EXECUTIVA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
007	SECRETARIA EXECUTIVA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE
009	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
011	SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS, SANEAMENTO E SERVIÇOS PÚBLICOS
012	SECRETARIA EXECUTIVA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
014	SECRETARIA EXECUTIVA DE SAÚDE
020	SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO
022	SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
030	SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
031	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE- IPASMA
032	FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE ALEGRE
035	SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2025 – IN TC 68/2020, TCEES

### a) Atendimento aos limites constitucionais

A Prefeitura de Alegre atendeu os limites previstos na Constituição Federal, realizando ações de serviços públicos de saúde e ações para manutenção e desenvolvimento do ensino infantil e fundamental.

Nos gastos com educação, especificamente com relação à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), o dispêndio alcançou 25,42% de receitas resultantes de impostos. O valor gasto com Educação para fins de aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino no ano de 2025 foi de R\$23.384.760,05 (vinte e três milhões trezentos e oitenta e quatro mil setecentos e sessenta reais e cinco centavos).

Ainda no que particulariza a educação, no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), foram gastos 100,00% da receita específica recebida a título do FUNDEB, na remuneração do magistério com ensino infantil e fundamental, bem acima do limite constitucional mínimo de 70%, sendo que o valor com despesa do FUNDEB foi de R\$ 24.205.725,51 (vinte e quatro milhões duzentos e cinco mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e um centavos).

Em relação à Saúde, os gastos foram de 23,43 %, o que representa o valor de R\$ 20.222.591,47 (vinte milhões duzentos e vinte e dois mil quinhentos e noventa e um reais e quarenta e sete centavos), índice que evidencia uma margem positiva marcante diante do limite constitucional de 15%.

Quanto ao repasse para a Câmara Municipal, a Prefeitura Municipal de Alegre atendeu o art. 29-A da Constituição Federal repassando para o órgão R\$ 6.214.698,96 (seis milhões duzentos e quatorze mil seiscentos e noventa e oito reais e noventa e seis centavos), que representa 7% da receita arrecadada em 2024 estabelecidas na legislação citada.

#### **b) Atendimento aos limites estabelecidos pela LRF**

Em relação aos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prefeitura Municipal de Alegre atendeu a lei conforme apresentamos.

A despesa total com pessoal do Poder Executivo Municipal foi de R\$ 67.382.240,51 (sessenta e sete milhões trezentos e oitenta e dois mil duzentos e quarenta reais e cinquenta e um centavos) representando 42,71% da Receita Corrente Líquida, estando, portanto, abaixo do limite máximo e abaixo do limite prudencial estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### **c) Medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal**

Esta administração está ciente da adoção de medidas, no sentido de manter o índice de gasto com pessoal dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal em especial aos artigos 22 e 23 da referida Lei.

#### **d) Cumprimento de metas estabelecidas**

No tocante à prescrição contida no art. 59 da LRF em relação à execução orçamentária no exercício de 2025, pôde-se observar as seguintes movimentações extraídas dos relatórios resumidos de execução orçamentária e relatórios de gestão fiscal do exercício de 2025, a saber:

A previsão atualizada das metas estabelecidas, referente à receita (receita primária) foi de R\$ 147.883.099,80 (cento e quarenta e sete milhões oitocentos e oitenta e três mil noventa e nove reais e oitenta centavos). A receita primária realizada até dezembro de 2025, conforme o relatório resumido da execução orçamentária, demonstrativo do resultado primário - Anexo VI, (LRF,

art. 53, inciso III), foi de R\$ 166.854.947,65 (cento e sessenta e seis milhões oitocentos e cinquenta e quatro mil novecentos e quarenta e sete reais e sessenta e cinco centavos).

A previsão atualizada das metas estabelecidas, referente à despesa (despesa primária) foi de R\$ 191.437.057,28 (cento e noventa e um milhões quatrocentos e trinta e sete mil cinquenta e sete reais e vinte e oito centavos). A despesa total liquidada até dezembro de 2025, conforme o relatório resumido da execução orçamentária, demonstrativo do resultado primário - Anexo VI, (LRF, art. 53, inciso III), foi de R\$ 179.648.958,59 (cento e setenta e nove milhões seiscentos e quarenta e oito mil novecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e nove centavos).

#### **e) Renúncia de Receitas**

O município de Alegre no exercício de 2025 instituiu ou concedeu benefícios e incentivos fiscais, como os elencados no artigo 14 da LRF que são considerados renúncia de receita, através da lei nº 3916/2025 que instituiu o programa municipal de recuperação fiscal.

#### **f) Adoção de medidas de compensação para a renúncia de receita**

Não houve.

#### **g) Inscrição, baixa e os pagamento de precatórios**

O Município encerrou o exercício de 2025 com saldo de precatórios a pagar de R\$ 1.636.993,98 (um milhão seiscentos e trinta e seis mil novecentos e noventa e três reais e noventa e oito centavos).

#### **h) Gastos com publicidade**

No tocante à despesa com publicidade não foi identificado valor aplicado no decorrer de 2025.

#### **i) Estratégias adotadas pela Procuradoria Geral para recuperação de créditos tributários**

O Município de Alegre executa procedimentos de cobrança judicial e administrativa de créditos tributários e não tributários, devidamente inscritos em dívidas ativas.

#### **j) Atendimento das recomendações e/ou determinações contidas nos pareceres prévios emitidos pelo TCEES**

Foram adotadas todas as providências cabíveis quanto as recomendações e orientações emitidas pelo Tribunal de Contas do Espírito Santo.

**k) Desempenho da arrecadação das receitas municipais**

Dentre a arrecadação dos impostos municipais o valor do IPTU foi de R\$ 2.262.976,84 (dois milhões duzentos e sessenta e dois mil novecentos e sessenta e seis reais e oitenta e quatro centavos), enquanto o ISS fez a quantia de R\$ 6.781.895,45 (seis milhões setecentos e oitenta e um mil oitocentos e noventa e cinco reais e quarenta e cinco centavos), o ITBI obteve R\$ 689.855,86 (seiscentos e oitenta e nove mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e seis centavos).

**l) política recuperação dos créditos inscritos em Dívida Ativa**

Informo que a procuradoria municipal em conjunto com o setor tributário municipal vem executando judicialmente o estoque de dívida ativa tributária do Município de Alegre.

**m) Participação acionária**

O Município de Alegre não possui participação acionária em empresas públicas e sociedades de economia mista.

**GESTÃO PATRIMONIAL**

O Município de Alegre, realizou inventário de bens móveis e imóveis e suas respectivas conciliações físico contábeis, atendendo, desta forma, todas as exigências legais e das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

**CONCLUSÃO:**

O Município de Alegre, cumpriu com suas responsabilidades emanadas pela legislação Constitucional e Infraconstitucional, cumprindo com os limites de aplicação dos recursos no atendimento à legislação vigente quanto a aplicação mínima de gasto com saúde e profissionais do magistério.

Manteve o gasto com pessoal abaixo do limite prudencial, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000 e não possui dívida fundada.

Com relação ao equilíbrio orçamentário, encerramos o exercício de 2025 com um resultado primário de R\$(13.558.516,39) ( treze milhões quinhentos e cinquenta e oito mil quinhentos e dezesseis reais e cinquenta e nove centavos), conforme pode-se verificar no Balanço Orçamentário.

Contudo, ressalto que nossa gestão está sempre balizada pelos princípios que norteiam a administração pública que são a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.